



# DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1583, QUARTA - FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 2010

## Com votos do PSDB, Câmara rejeita legalização dos bingos no país

Com o apoio da maioria absoluta da bancada do PSDB, o plenário da Câmara votou contra a legalização dos jogos de bingo no Brasil na noite desta terça-feira (14). O placar da votação nominal polêmica foi de 212 contra, 144 a favor, cinco abstenções e quatro obstruções. Os tucanos sempre se posicionaram contrários aos jogos de azar, atividade que está proibida desde 2004 no país.

O deputado **Antonio Carlos Pannunzio (SP)** criticou o fato de que os projetos proibindo o jogo, inclusive um de sua autoria, tenham sido apensados ao projeto que liberaria os bingos. Segundo o tucano, votar pela aprovação do jogo é ser favorável “a lavagem de dinheiro, ao vício e a extorsão de dinheiro do povo”. “O projeto pretende aproveitar-se de uma fraqueza do ser humano. Não podemos compactuar com tamanho despropósito, que pode chegar, em alguns casos, à imoralidade”, argumentou.

Para o deputado **Luiz Carlos Haully (PR)**, a maior falácia na discussão sobre os bingos é dizer que a regulamentação geraria R\$ 7 bilhões em impostos. Haully

disse que o dinheiro sairia da economia das famílias, que deixariam de gastar em outros setores, como educação, alimentação e transporte. “Não é uma riqueza que virá da produção, do campo ou da indústria, nem da exportação”, criticou o vice-líder da Minoria ao afirmar que “o jogo é destrutivo”.

Já o deputado **Marcelo Itagiba (RJ)** também disse que a aprovação do projeto facilitaria a lavagem de dinheiro ao citar pareceres do Ministério da Justiça (MJ) e da Polícia Federal (PF). O parlamentar destacou que a liberação dos bingos favorece os caça-níqueis. “Tenham a coragem de dizer que não estão votando para o bingo, estão votando também pelas máquinas caça-níqueis que estão colocadas em todos os lugares”, criticou.

O plenário da Casa também ratificou, em dois turnos, a PEC 507/2010 do Senado, que prorroga por tempo indeterminado o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A vigência do fundo terminaria no dia 31 de dezembro de 2010, mas o Congresso decidiu torná-lo permanente.

### Placar da votação

212	Contra
144	A favor
5	Abstenções
4	Obstruções



## Aprovação de nova estimativa de receitas pode garantir votação do orçamento neste ano, diz Bruno Araújo

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na noite de segunda-feira (13), por unanimidade, relatório do deputado **Bruno Araújo (PE)** com uma nova reestimativa de receitas, ampliando em R\$ 4,7 bilhões a arrecadação da União. Com isso, a receita líquida do governo federal foi estimada pelo Congresso em R\$ 825,15 bilhões. Em 3 de novembro, a CMO já havia referendado o acréscimo sugerido pelo tucano de R\$ 17,7 bilhões na peça orçamentária de 2011.

A aprovação da segunda reestimativa, conforme explicou o deputado, possibilitou o acordo entre as bancadas e ampliou as chances de o orçamento de 2011 ser aprovado até o próximo dia 22. Pelo entendimento, as emendas estaduais para 2011 serão recalculadas pela média dos valores dos últimos três anos. “Essa reestimativa possibilitou o seguimento do orçamento. Sem ela, possivelmente não se teria acordo para dar hoje atendimento as demandas das bancadas e, conseqüentemente, o cronograma estaria morto”, ressaltou o relator em entrevista à TV Câmara.

O parlamentar contestou ainda as críticas do ministro do Planejamento ao seu relatório. Paulo Bernardo disse, em entrevista ao portal “G1”, que não poderia “atestar todas essas receitas” que o Congresso incluiu no orçamento. O ministro também

informou que ficou contrariado com a aprovação do texto e que o futuro governo poderá “reduzir despesas” com contingenciamentos em fevereiro do ano que vem.

Bruno Araújo lembrou que quem fez o encaminhamento favorável ao seu relatório foi o líder do governo no Congresso, deputado Gilmar Machado (PT-MG). “O Planalto tem maioria e o relatório foi aprovado por unanimidade. Esse filme se repete todos os anos. No ano passado, o senador Romero Jucá, líder do governo, apresentou uma reestimativa de mais de R\$ 20 bilhões e houve contestação pelo próprio governo. E neste ano estamos vendo que essa arrecadação se confirmou”, avaliou o tucano.

Além de usar como base dados concretos, segundo o relator, o Congresso mostrou autonomia com a aprovação de novas fontes de recursos para um orçamento acima do projeto apresentado pelo Executivo. “Não podemos, conhecendo as fontes de recursos, deixar de designar no orçamento sob pena do governo ter uma carta branca e fazer o que quiser, usar no superávit ou não ter a participação do Congresso. É difícil acreditar que com a economia e o Brasil crescendo, o governo vá arrecadar menos. Ninguém pode bancar essa história”, disse o deputado.




## Gomes de Matos repudia ideia de Lula de recriar CPMF e defende regulamentação da Emenda 29

O deputado **Raimundo Gomes de Matos (CE)** criticou nesta terça-feira (14) o presidente Lula por voltar a reclamar da derrubada da CPMF, ocorrida em 2007. Segundo o jornal "O Globo", o presidente está aproveitando eventos públicos na reta final de seu governo para expor mágoas, sendo que uma delas é a não renovação do tributo. Para o tucano, a recriação de qualquer imposto é desnecessária e a regulamentação da Emenda 29 poderá garantir mais recursos para a saúde.

"O presidente Lula deveria estar magoado é com a ganância do seu governo, algo que inviabiliza recursos para saúde e para melhorar a educação. O presidente não fica ofendido na hora de atender os banqueiros e manter os juros altos. Ele deveria estar chateado também com os próprios líderes do seu governo que não aprovam a regulamentação da Emenda

29. Só essa proposta já garantiria os recursos para o setor", declarou.

De acordo com o deputado, se a emenda promulgada em 2000 for regulamentada, a saúde vai melhorar significativamente no país. Segundo nota técnica produzida pela Liderança do PSDB na Câmara, se estivessem em vigor as regras definidas em proposta pendente de votação na Câmara por mera vontade do Planalto, o governo federal teria cerca de R\$ 86 bilhões adicionais entre 2008 e 2011 para investir em ações da área.

Segundo Gomes de Matos, não há necessidade de recriar um novo imposto, pois o país já possui tributos excessivos. "Só três países tem uma carga tributária igual a do Brasil e isso é inadmissível. Não podemos permitir que sempre haja esse aumento. Precisamos é fazer justiça social e diminuir essa carga", avaliou. @ 

**R\$ 86 bilhões**


*É o valor total de recursos que a saúde receberia entre 2008 e 2011 com a aprovação do projeto de lei que regulamenta a emenda*

## Vellozo Lucas: país deve investir no gás natural brasileiro em vez de comprar mais da Bolívia

É muito importante a expansão da Petrobras em outros países, mas é um risco voltar a investir em gás natural na Bolívia após quatro anos de nacionalização do setor no país. Esta é a análise feita nesta terça-feira (14) pelo deputado **Luiz Paulo Vellozo Lucas (ES)** sobre a intenção da estatal de voltar a investir na nação vizinha. Segundo matéria do jornal "O Estado de S. Paulo", a empresa brasileira concluiu as negociações para comprar 30% do campo de gás Itaú, localizado em solo boliviano e concedido inicialmente à empresa francesa Total.

O tucano demonstrou preocupação com o negócio, pois muitas vezes as parcerias nessa área foram feitas pelo governo do PT com viés ideológico. "A política externa brasileira é condescendente com pa-

íses que não são democráticos e não respeitam contratos, como é o caso da Bolívia. Certamente, os riscos contratuais de operar na Bolívia são muito altos e precisam ser avaliados novamente", criticou.

O deputado ressaltou ainda que é inadmissível o governo Lula não se preocupar com as perdas da produção nacional do gás e ao mesmo tempo destinar recursos para investimentos de risco no exterior. O país perdeu R\$ 7,4 bilhões nos últimos anos com a falta de infraestrutura no setor. Esse é o montante equivalente a 15 bilhões de metros cúbicos (m<sup>3</sup>) do produto queimados entre janeiro de 2004 e agosto de 2010, segundo cálculos de Edmilson Moutinho, professor da Universidade de São Paulo (USP). @ 

### Leia também em nosso blog:

- Em discurso de despedida, Papaléo Paes destaca principais eixos de atuação durante o mandato
- João Tenório deixa Congresso cobrando ética e cortes nos gastos do governo
- Números do IBGE sobre o PIB revelam sérios desequilíbrios, alerta ITV
- Projeto que institui 2011 como Ano da Holanda no Brasil vai à sanção presidencial
- Proposta de criação do programa de construção de centros olímpicos segue para Câmara
- Comissão aprova relatório de Itagiba que cria empresa individual
- Senado ratifica projeto de Marisa Serrano que institui Semana Nacional de Prevenção à Gravidez Precoce
- Direto do Plenário, com os deputados Duarte Nogueira (SP), Raimundo G. de Matos (CE) e Luiz Carlos Hauly (PR)
- Direto do Twitter, com os deputados Rogério Marinho (RN), Antonio Carlos Mendes Thame (SP) e José Aníbal (SP)

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranco ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Arthur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower ■ Fotos: Eduardo Lacerda

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @, enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>